

» ponto a ponto | **PEDRO UCZAI** | LÍDER DO PT NA CÂMARA

Deputado considera saudável discutir uma reforma do Judiciário para reaproximá-lo do cidadão e afastar as tentativas de desconstrução, que, no fundo, ameaçam a democracia

# “Não queremos reforma oportunista do Supremo”

» DANANDRA ROCHA

O líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), defende a inclusão da reforma do Poder Judiciário como tema central do novo programa da sigla, sobretudo por conta da intensificação dos ataques da extrema-direita aos ministros do Supremo Tribunal Federal como forma de galvanizar o setor radicalizado do eleitorado. Ele salienta, porém, que a proposta está inserida em uma agenda mais ampla sobre o sistema político, cujo objetivo é aproximar as instituições da população, fortalecer mecanismos de controle e preservar o equilíbrio entre os Poderes. Sob o lema “Soberania, Reconstrução e Futuro”, o 8º Congresso Nacional do PT — que começa hoje e vai até o domingo, em Brasília — também marca os 46 anos da legenda. Será dedicado, sobretudo, à formulação de estratégias para enfrentar o que o partido identifica como uma onda descredita institucional e de pressões sobre a democracia, o que inclui, mais uma vez, a estratégia de tentar desqualificar o STF com vistas à eleição de outubro. Leia a entrevista no ponto a ponto a seguir.

## Reforma do Judiciário

Historicamente o PT tem a reforma do Poder Judiciário como um elemento dentro de uma profunda reforma do sistema político para aproximar as instituições da população. A cada pesquisa de opinião divulgada, a população não se vê representada pelos Poderes da República. Isso incentiva atitudes golpistas da extrema-direita, tais como: o não reconhecimento da vitória de Dilma Rousseff, nas eleições de 2014, sobre Aécio Neves; as tentativas atuais de anistia para os golpistas do 8 de Janeiro; e a hostilidade aberta e pública contra ministros do Supremo Tribunal Federal. O PT vê com profunda simpatia as propostas trazidas ao público pelo ministro Flávio Dino, do STF, em que ele aponta elementos que dialogam com as preocupações do nosso partido. Nós queremos discutir uma reforma do Poder Judiciário e não uma reforma oportunista do STF de forma isolada.

## Impeachment

A banalização dos pedidos de impeachment de ministros do STF e a tentativa de ingerência do Poder Legislativo sobre decisões de mérito da Corte fazem parte da estratégia de extremistas de direita em desacreditar as instituições da democracia. O PT defende o Supremo Tribunal Federal e suas decisões como parte da democracia brasileira. Essa nossa posição não interdita um debate público, transparente e respeitoso, sobre mudanças na escolha de ministros da Corte ou de mecanismos de controle social sobre decisões do Judiciário.

## Código de conduta

Vejo com simpatia a proposta de um código de conduta em debate no STF para nortear a relação de todo o Poder Judiciário e de seus membros com o poder econômico,

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



**A cada pesquisa de opinião divulgada, a população não se vê representada pelos Poderes da República. Isso incentiva atitudes golpistas da extrema-direita”**



**A banalização dos pedidos de impeachment de ministros do STF faz parte da estratégia de extremistas de direita em desacreditar as instituições da democracia”**

o poder político e a própria mídia. É importante que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não se apresente como o único espaço de controle social sobre o Poder Judiciário. Portanto, mantêm-se a necessidade de pensarmos, como todos os outros Poderes, um sistema efetivo de pesos e contrapesos não para a questão de decisões jurisdicionais, mas para questões administrativas e condutas de magistrados em todos os níveis.

## Mandato de ministro

Sou simpático à ideia de mandatos para ministros do STF. Acredito que um período de mandato entre 15 a 20 anos estabelece a necessária independência dos magistrados em relação aos outros Poderes da República e, também, permitem uma oxigenação da Corte. Este é um dos temas



**O PT defende o Supremo Tribunal Federal e suas decisões como parte da democracia brasileira. Essa nossa posição não interdita um debate público”**



**Passar a mão na cabeça de quem atentou contra a democracia é parte dessa agenda de ataques ao Estado Democrático de Direito”**

sobre o qual o Congresso do PT vai dialogar e será submetido ao debate na sociedade ao longo dos próximos anos, quando o ambiente para uma reforma do Judiciário de forma serena se estabelecer no país.

## “Politização” do STF

A oposição se divide, hoje, em dois caminhos. Um deles procura de forma equilibrada buscar um debate com o STF sobre a relação com os Poderes da República, que é algo que dialoga com as próprias preocupações do PT. No entanto, a extrema-direita procura a cada momento inflar a desinformação com mentiras ou distorções de decisões do Supremo como uma forma de desacreditar a instituição. O PT não faz coro a essa vertente golpista e defende o STF como fundamental para a democracia brasileira. O PT quer derrotar nas

urnas essa nova versão que a extrema-direita procura construir para si própria e apresentá-la para a sociedade. Mesmo com toda a autopromulgada moderação, esconde os valores golpistas do bolsonarismo.

## Ajuste na Justiça

Não há contradição entre defender as instituições e os ajustes necessários para aproximá-las do nosso povo. Nós não desconhecemos que há um profundo desencanto popular com todas as instituições do Estado, inclusive com os partidos políticos, tendo sua credibilidade contestada por boa parte da sociedade. De modo que reformar a democracia é uma condição importante para mantê-la e defendê-la. Nós acreditamos que a reforma do sistema político, inclusive com a possibilidade de uma Constituição exclusiva, são temas que o PT precisa debater entre si e com a sociedade. Essa é uma condição para continuarmos num ambiente democrático contra as investidas que a extrema direita vem fazendo a cada ano, desde de 2014.

## Mediação do Congresso

O Congresso Nacional pode e deve mediar conflitos entre setores políticos e o STF. Não pode alimentar nem dar guarida a eles. Nós somos contra a derrubada dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL da Dosimetria, porque ali está parte da estratégia da extrema-direita de confronto com as instituições democráticas e desprezo pela própria democracia. Uma anistia aos golpistas não é um elemento de reorganização das relações políticas e normalização entre setores do Congresso Nacional e o Judiciário. Pelo contrário. Passar a mão na cabeça de quem atentou contra a democracia é parte dessa agenda de ataques ao Estado Democrático de Direito. Portanto, não é casuismo retomar esse debate de reforma do Judiciário no 8º Congresso do PT. Estamos diante de uma necessidade de avançarmos em reformas estruturantes das instituições democráticas.

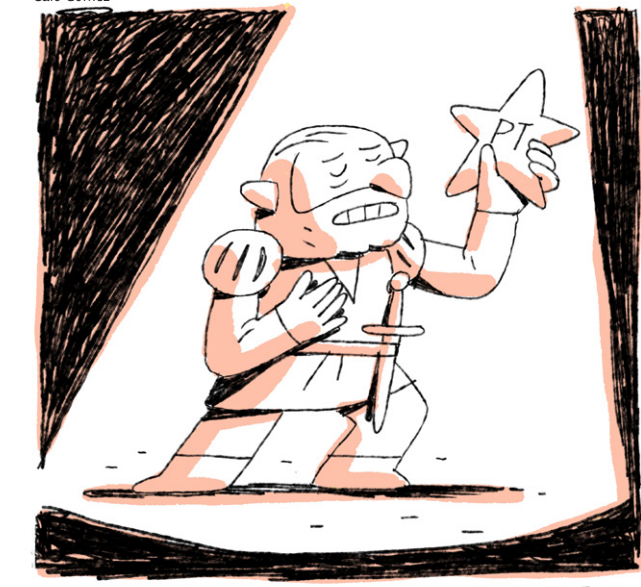
## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



## Ser ou não ser candidato à reeleição, o drama de Lula

Na versão da peça *Hamlet*, de William Shakespeare, filmada para a tevê pela emissora estatal britânica BBC, o ator escocês David Tennant aparece sozinho em cena no começo do terceiro ato. Com ar de quem reflete profunda e com grande sofrimento, murmura lentamente: “Ser ou não ser: eis a questão”. A frase foi imortalizada porque serve de analogia para todos os momentos de decisões difíceis. É a síntese de um drama humano e político ao mesmo tempo.

Nascido por volta de 1564, morto em 1616, Shakespeare escreveu *A Tragédia de Hamlet* por volta de 1599. Grande autor reconhecido em seu próprio tempo, sua peça mais longa foi aclamada desde a primeira encenação. Outras frases muito conhecidas de Hamlet também ganharam vida própria na peça. Por exemplo: “Há algo de podre no reino da Dinamarca” e “Há mais coisas no céu e na terra, Horácio, do que as sonhadas por sua filosofia”. Quando analisamos a conjuntura política, na qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é candidato à reeleição, todas se aplicam ao contexto.

A história é a seguinte: o fantasma do rei da Dinamarca pede a seu filho, o príncipe Hamlet, que vingue sua morte. Ele diz ao filho que quem o matou foi seu próprio irmão, tio de Hamlet e atual rei, Claudius, agora casado com a mãe de Hamlet, Gertrude. À beira ou fingindo insanidade, Hamlet reflete sobre a vida e a morte, e planeja matar seu tio. Claudius também faz planos para matar o sobrinho. A peça culmina com um duelo no qual Claudius e Hamlet morrem. Assim, Fortinbras, o príncipe da Noruega, toma o poder na Dinamarca.

Interpretar Hamlet é o sonho de todos os grandes atores. Laurence Olivier, Ian McKellen, Ralph Fiennes, Keanu Reeves e Kenneth Branagh foram alguns. No Brasil, Sérgio Cardoso, Walmor Chagas, Wagner Moura e Thiago Lacerda. Eis a sequência da reflexão sobre a vida e a morte que desafiou a todos: “Será mais nobre suportar na mente/ As flechadas da trágica fortuna./ Ou tomar armas contra um mar de escolhos/ E, enfrentando-os, vencer?”

O monólogo expressa a obsessão de Hamlet com uma questão moral. Sua alma seria condenada à danação eterna ou estaria considerando cometer suicídio. O mundo de Hamlet não tem vida, é cheio de desesperança, corrupto e fedido. Valeria a pena viver nesse mundo? As dúvidas são existenciais: “É melhor ficar vivo ou dar fim à minha vida? É mais nobre enfrentar o que a vida coloca no meu caminho ou dar um fim a mim mesmo?”

Essas indagações, em sentido figurado, talvez estejam passando pela cabeça de Lula. A especulação faz sentido diante do cenário eleitoral, por causa da grande rejeição do presidente da República e de comentários que rondam o Palácio do Planalto e já emergem nos bastidores do PT desde quando o jornalista e ex-assessor Ricardo Kotscho, em 12 de abril passado, analisou a possibilidade de Lula não disputar a reeleição em 2026. Kotscho destacou como algo atípico o fato de o presidente ter admitido, publicamente, dúvidas sobre sua candidatura.

## Aviões de carreira

Na sua avaliação, Lula demonstrou insegurança sobre a candidatura, em razão de pesquisas desfavoráveis. “Lá pelas tantas, assim de passagem, como não quer nada, em meio a muitos outros assuntos, Lula deixou a dúvida no ar. Falou que só vai tomar uma decisão em junho, na convenção do PT. Como assim? O que aconteceu? Acordou de mau humor, falou brincando ou está achando que uma vitória ficou mais difícil?” Ao abordar a falta de um nome competitivo claro no PT caso Lula decida não concorrer, Kotscho acabou abrindo o debate sobre quem poderia assumir o lugar.

Kotscho destacou que esse comportamento não é uma característica de Lula, ao contrário: “Quando as pesquisas eram desfavoráveis, era sempre ele quem procurava animar os companheiros e militantes, o primeiro a acordar e o último a ir dormir, achando que ainda daria para virar o jogo, como aconteceu em 1994, depois do tsunami do Plano Real”. É aí que a jornalista Mônica Bergamo, colunista do UOL, na avaliação de Kotscho, avançou duas casas: “Para surpresa dela e dos leitores, os homens do dinheiro grosso, que não perdem tempo, até já tinham ido sondar Fernando Haddad sobre a possibilidade de ele entrar no lugar de Lula, como aconteceu em 2018, quando o amigo estava preso.”

Essa hipótese está em nas cabeças dos aliados de Lula e de muitos petistas, a favor ou não da candidatura à reeleição. Quem ficou na berlinda foi o ex-ministro da Fazenda, que disputou a eleição contra Jair Bolsonaro, em 2018, com um bom desempenho, considerando que fez três semanas de campanha e chegou ao segundo turno. Haddad deixou a pasta a pedido de Lula, contra a vontade, para ser candidato a governador de São Paulo. Desde então, nas conversas com empresários e aliados para discutir a disputa pelo Palácio dos Bandeirantes, o petista passa pelo constrangimento de ser perguntado sobre essa possibilidade e nega-la. Mas “há mais coisas no ar do que os aviões de carreira”, como diria o Barão de Itararé.

## LEGISLATIVO

# Comissão da 6 x 1 sai na próxima semana

» WAL LIMA

A comissão especial que discutirá o mérito das duas propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre o fim da jornada de trabalho 6 x 1 será criada na próxima semana. Foi o que garantiu, ontem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

“Estamos definindo os nomes que devem ser apresentados para os cargos de presidente e relator da comissão especial para que, a partir da próxima semana, com

os nomes definidos e as indicações dos parlamentares pelas lideranças partidárias, o trabalho possa ser iniciado com a perspectiva do cumprimento do cronograma pré-anunciado para o colegiado”, explicou.

Motta pretendia finalizar as discussões sobre as PECs no colegiado até o fim de maio. Porém, conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a comissão precisa ter o prazo mínimo de 40 sessões, o que empurraria os trabalhos para a

segunda quinzena de junho.

Um dos nomes cotados para assumir a relatoria da comissão especial é o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP). Segundo Motta, “ele tem experiência muito forte nessa área do movimento sindical. Temos sempre que buscar alguém que tenha a capacidade de ter interlocução na Casa, que possa liderar o diálogo com os partidos. Tenho dito desde o início que o nosso papel nessa matéria é procurar construir uma proposta mais equilibrada”.

Considerado um nome de confiança de Motta, Paulinho da Força, porém, não é bem-visto pelos governistas. Isso porque ele relatou o PL da Dosimetria, cuja derrubada dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Palácio do Planalto tenta evitar. De acordo com os integrantes da base, Paulinho elaborou um documento que favorece o ex-presidente Jair Bolsonaro com uma grande redução da pena por tentar dar um golpe de Estado — bem como a outros condenados pelo Supremo Tribunal Federal.